

IX ENCONTRO DA ABCP

Área Temática: Participação Política

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS NUANCES DAS MANIFESTAÇÕES
POPULARES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL**

André Selayaran Nicoletti (UFSC)

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS NUANCES DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

André Selayaran Nicoletti (UFSC)¹

Área Temática: Participação Política

Resumo

Tendo em vista a produção teórica na academia e as recentes manifestações populares que eclodiram no país nos meses de junho e julho de 2013 o presente artigo tem como escopo fundamental realizar um exercício reflexivo acerca do fenômeno da participação política, buscando elementos teóricos capazes de ajudar a compreender como se estabelecem as dinâmicas participativas nas sociedades complexas contemporâneas, evidenciando as nuances das manifestações populares de 2013 no Brasil. Para isso, nos debruçamos sobre as principais perspectivas analíticas do tema, visando colaborar com a discussão sem qualquer pretensão de esgotá-la.

Palavras-Chaves: participação política; manifestações de rua no Brasil;

Introdução

As manifestações populares que eclodiram no Brasil em junho de 2013 ganharam visibilidade mundial, fazendo com que milhares de pessoas fossem às ruas imbuídas no propósito de reivindicar uma série de bandeiras, muitas vezes contraditórias entre si. Essas mobilizações provocaram uma série de análises de conjuntura feitas por intelectuais da área social e política. Na Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, foi realizado um evento com especialistas da área buscando compreender melhor o processo político que atravessava o país, na oportunidade participaram da discussão os professores: Britta Baumgarten, Ilse Scherer-Warren, Jacques Mick, Janice Tirelli Ponte de Sousa, Julian Borba e Lígia Luchmann. Algumas experiências anteriores davam pistas do que esperar daquele movimento que tomou às ruas do país, mas ao mesmo tempo, um cenário de incertezas dominava a agenda acadêmica.

¹ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas(Ufpel). Bacharel em Direito pela Faculdade Atlântico Sul de Pelotas. Advogado.

O fato é que o fenômeno da participação política tem sido objeto de investigação da literatura desde as clássicas obras de filosofia política, num contexto fortemente marcado pelo predomínio dos homens nos ditames do regramento social. Pode-se dizer que nas tradicionais civilizações, principalmente a grega, política e participação eram palavras sinônimas – ressaltadas algumas características particulares que não adentraremos neste texto – já que os laços que ligavam esses dois vocábulos estavam fortemente estreitados. Entretanto, com a complexificação das sociedades modernas, a participação passou a ser percebida – inclusive na academia – como o ato de participar do processo político tradicional, elegendo uma elite política capaz de “representar” os nossos interesses (CONSTANT, 1985; GURZA LAVALLE, 2011). Durante muito tempo a produção intelectual sobre participação debruçou-se sobre os espaços tradicionais da política, renegando a existência de um outro tipo de participação que nasce no horizonte da sociedade civil, externada, por exemplo, pelos movimentos sociais, associações e conselhos (GURZA LAVALLE, 2011).

Hoje, o cânone acadêmico mundial, sobretudo da América Latina, tem produzido um substancial aporte teórico sobre participação política, frequentemente com o olhar voltado para a participação existente nos chamados espaços nãoconvencionais da política.

Assim, na primeira seção deste artigo, a preocupação inicial é propor uma reflexão sobre a participação política, estabelecendo alguns diálogos entre perspectivas teóricas dessa área, já que as manifestações de junho e julho de 2013 no Brasil são reflexos de um conjunto de fatores sociais já elucidados pelas teorias da participação política. Na segunda e última seção, tentaremos elucidar algumas nuances dessas manifestações, buscando entender alguns fatores e evidências sob a ótica do arcabouço teórico dos movimentos sociais, para, ao final, apresentar algumas considerações sobre esse momento histórico da política nacional brasileira.

Notas sobre Participação Política

Segundo Benjamin Constant (1985) houve uma profunda mudança na concepção de participação política relacionada com a emergência do conceito de liberdade dos povos modernos – conceito esse apresentado brilhantemente no seu escrito “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. Para o autor, a complexificação das sociedades modernas promoveu uma profunda mudança no *habitus* social na medida em que o crescimento populacional, as distintas relações de trabalho e as diferenciações sociais foram ganhando força e espaço nas contemporâneas sociedades. Se antes tínhamos uma sociedade antiga que era chamada a decidir os rumos políticos e que participava de forma ativa das deliberações públicas, nas modernas sociedades não existe tempo e interesse suficiente para que um mesmo cidadão possa, ao mesmo tempo que cuida dos seus afazeres particulares, também ocupar-se da responsabilidade de decidir, não há também condições do exercício da democracia direta tendo em vista a densidade populacional da grande maioria das cidades. Esse descolamento do espaço público e do privado acabou por aumentar o número de pessoas desengajadas politicamente (CONSTANT, 1985).

Nessa esteira, uma infinidade de trabalhos vem debruçando-se em estudar o fenômeno da participação política. De acordo com Gurza Lavallo (2011) o debate teórico sobre participação no Brasil encontra-se a frente, em muitos sentidos, do estado da arte da temática em nível internacional. A participação, durante muito tempo, denotou em estudos direcionados aos espaços tradicionais da política, apresentando uma vasta produção da vinculação entre cidadãos e instituições formais da democracia. No entanto, essa perspectiva analítica passa a mudar, sobretudo no Brasil, no período da pós-transição democrática com um olhar atento do próprio Estado sobre a importância de compreender o fenômeno em todos os “espaços participativos” da sociedade (associações, movimentos sociais, ONGs, conselhos).

Estudos na perspectiva teórica da cultura política têm observado que uma fatia significativa da população vê com descrença as principais instituições políticas (parlamento, partidos políticos, governos), traduzida em uma profunda

insatisfação com os políticos, símbolo da representação (ALMOND & VERBA, 1965; BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008). Segundo Luis Felipe Miguel (2003, p.123):

É possível detectar uma crise do sentimento de estar representado, que compromete os laços que idealmente deveriam ligar os eleitores a parlamentares, candidatos, partidos e, de forma mais genérica, aos poderes constitucionais. O fenômeno ocorre por toda a parte, de maneira menos ou mais acentuada, atingindo velhas e novas democracias eleitorais.

Durante muito tempo a academia apresentou um debate teórico consistente acerca da democracia representativa, tendo como principal objeto de análise as relações entre representantes tradicionalmente eleitos pela via democrática e seus eleitores, reduzindo a participação política a essa relação – desprezando para tal outros espaços políticos chamados pela literatura de espaços nãoconvencionais (GURZA LAVALLE, 2011). Schumpeter (1984) chegou a afirmar que muitas vezes os eleitores não conseguem compreender a dinâmica social e para tal, sua principal função é eleger uma elite política capaz de decidir, da melhor maneira possível, os rumos da nação. Por essa perspectiva teórica o papel do povo em uma democracia é eleger um grupo político capaz de deliberar e tomar as melhores decisões.

Alguns críticos do processo de representação chegaram a afirmar que a representação política tradicional é uma forma institucionalizada de afastar a grande massa das fatias do poder (MIGUEL, 2003) e que existem outros mecanismos capazes de aproximar os cidadãos da participação política, através de outros espaços que são complementares no fortalecimento e desenvolvimento da democracia (ABERS e KECK, 2008; AVRITZER, 2007; LUCHMANN, 2007, WARREN, 2001).

Nessa direção caminham os achados de Carole Pateman (1992) quando coloca a pergunta: “qual o lugar da “participação” numa teoria da democracia moderna e viável?”. Ao tentar responder tal inquietação busca desconstituir a posição até então corrente na literatura, afirmando que a participação política

dos cidadãos deve ser estimulada além dos mecanismos eleitorais, pois tais relações permitem que minorias e grupos a margem da sociedade cumpram um papel fundamental na melhoria das condições sociais. Por esse viés a participação é vista como necessária e salutar para a consolidação democrática. Estudos de (LUCHMANN, 2011; FUNG, 2003; MELUCCI, 2001; WARREN, 2001; PUTNAM, 1996; COHEN e ROGERS, 1995) já vinham referindo que existe um posicionamento acadêmico bastante forte apontando que práticas associativas colaboram na ampliação e fortalecimento da democracia. Robert Dahl (2001) acrescenta que a educação cívica – educação para o processo político – torna o espaço democrático um local qualificado de discussão e fortalece os vínculos entre cidadãos e as instituições democráticas.

A participação política não se dá de forma isolada, muito pelo contrário, há uma série de conjunturas e relações que dão à participação um status de “busca em coletividade”, ou seja, o desejo de um indivíduo soma-se a de outros, constituindo uma participação em grupo, gerando, portanto, outros espaços de participação que vão além de questões minimalistas. Essas novas formas de participação acabaram gerando um novo espaço de representação – o chamado lócus de representação extraparlamentar – onde os atores vocalizam publicamente interesses e falam em nome de grupos. A representação política deixa de ser exclusividade dos parlamentares e o próprio estado passa a reconhecer o papel da sociedade civil como representante política (GURZA LAVALLE, 2011; COHEN e ROGERS, 1995).

Segundo Baquero e Cunha (2011, p.55):

A democracia participativa proporciona além dos procedimentos formais, alternativas ou possibilidades de espaços negociados e de diálogos no desenvolvimento de discursos e práticas. Tal processo parece ser mais evidente em países em desenvolvimento onde o Estado tem se mostrado ineficiente na resolução de problemas sociais essenciais como moradia, educação, saúde e segurança. Dessa forma, a participação pode ser vista como um instrumento para gerar democracia nessas sociedades.

Apesar dos avanços de mecanismos participativos da sociedade civil o que os estudos vinculados a área de cultura política têm nos mostrado é que, particularmente na América Latina, os regimes não têm conseguido fomentar uma participação política mais intensa e os avanços institucionais trazidos não conseguem despertar nos cidadãos o engajamento político. Há um significativo grau de desconfiança dos cidadãos para com as instituições democráticas o que acarreta um fraco estímulo em participar ativamente na vida pública (BAQUERO e CUNHA, 2011; BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008; KLIKSBURG, 1999). Entretanto, essas novas formas de participação são instrumentos necessários para o fortalecimento democrático, pois como afirma Luchmann (2011, p.169):

Associações e movimentos sociais estão ampliando os seus repertórios de atuação e assumindo papéis de representação nos espaços institucionais que foram criados em função das reivindicações e mobilizações sociais. Preenchendo um quadro mais amplo de espaços participativos e representativos.

O fato é que de forma alguma a democracia participativa ou deliberativa tem como propósito afrontar ou destituir os pressupostos “liberais” trazidos no cerne da democracia representativa, pelo contrário, a finalidade, como afirmou Faria (2010), é democratizar a democracia liberal.

No Brasil, em junho e julho de 2013, um número significativo de cidadãos foram às ruas em grandiosas manifestações que passaram a integrar um momento histórico da participação no país. No entanto, nuances desse processo precisam ser discutidas na academia com a finalidade de desmistificar algumas “verdades”. Uma série de indagações pode ser levantada: afinal, o que fez com que milhares de brasileiros fossem às ruas nos meses de junho e julho de 2013? Qual o papel dos movimentos sociais tradicionais nesse processo? Como as redes sociais contribuíram para o fortalecimento das manifestações? Perguntas que não buscaremos esgotar neste artigo, mas tentaremos apontar algumas direções possíveis na análise da

conjuntura política e da emergência de um processo de manifestação que se desenvolveu por várias partes do mundo.

Manifestações de junho de 2013 no Brasil: considerações preliminares sobre o fenômeno

Os meses de junho e julho no Brasil foram marcados por gigantescas manifestações sociais que invadiram as ruas de diversas cidades do país com o propósito de reivindicar melhorias em diversos setores da sociedade. Embalados por um fenômeno poucas vezes visto na história brasileira – quando milhares de pessoas foram às ruas – a grande mídia e as redes sociais reproduziram manchetes que destacavam a expressão: “o gigante acordou” – referindo-se a uma população tradicionalmente apática nas lutas sociais e que agora saía às ruas para reivindicar uma série de direitos. Na realidade, como veremos a seguir, as manifestações ocorridas no meio do ano no país não nasceram do acaso, elas são reflexos de uma rede de movimentos sociais articulados e com trajetória nas lutas e reivindicações sociais.

O Movimento Passe Livre (MPL) tem sido apontado como um dos principais indutores de todo o processo articulatório que resultou em uma grande massa de pessoas nas ruas de todo o Brasil. Esse movimento, estruturado e organizado no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre, nasceu com o intuito de constituir-se em um movimento social “apartidário”, mas não “anti-partidário”. Marcelo Pomar, um dos fundadores do movimento, em entrevista concedida ao “Coletivo Maria Tonha”, afirmou:

O passe livre é uma reivindicação histórica do movimento estudantil. Desde pelo menos o final dos anos 1980 no Rio de Janeiro há movimentos desse tipo, com inclusive uma movimentação histórica quando o Brizola já era governador do estado. Os estudantes conseguiram garantir esse direito no Rio, e até hoje esse direito existe, de forma meio capenga, por conta de liminares de empresas de ônibus – vira e mexe esse direito é contestado. Então, depois da abertura política de 1985, o passe livre passou a fazer parte do ideário do conjunto de reivindicações históricas do movimento estudantil brasileiro, em especial o secundarista. Nós não inventamos essa história.[...] Nós tivemos de 1994 até 2004 um período de 10

anos de relativo controle inflacionário, de estabilidade da moeda, por conta do Plano Real. E, no entanto, em Florianópolis, as tarifas de ônibus aumentaram em um valor de quase 250% nesse período, ao passo que você não tem nenhuma categoria de trabalhador que recebeu qualquer tipo de aumento salarial similar a isso. Em Florianópolis, em especial, esses aumentos foram muito significativos. Outro agravante foi que, em 2003, criaram um sistema integrado de transportes que mudou radicalmente a forma pela qual as pessoas se deslocavam na cidade e isso causou muita revolta, muita indignação. No final de maio de 2004, a prefeita de Florianópolis, que à época era a Ângela Amin, do PP, decidiu dar um aumento no preço da passagem de 28%, um reajuste bastante alto. Então aquilo criou todas as condições para que nós tivéssemos uma onda muito forte de manifestação. [...] Assim, em janeiro de 2005, é fundado oficialmente o Movimento Passe Livre nacional. O MPL nasce acho que em 11 capitais, o que para um grupo como o nosso era um grande feito, porque na realidade nós não tínhamos uma grande estrutura, não tínhamos nenhum partido por trás, nenhuma organização de peso. (POMAR, 2013).

Em verdade, os movimentos sociais, assim como o Passe Livre, possuem uma rede articulada com objetivos comuns, que é mobilizada para a realização de atividades tradicionais do movimento. Nesse sentido, Ilse Scherer-Warren (2012, p. 21/22) destaca:

Em síntese, movimentos sociais na sociedade contemporânea podem ser mais amplamente explicados quando os atores sociais ou formais de coletividade que os compõe forem tratados a partir de uma perspectiva de análise de redes sociais e organizacionais [...] Pretendemos, ampliar o arcabouço teórico para a análise dos movimentos sociais, na medida em que consideramos a interação em redes de diversos atores e organizações da sociedade civil como algo constitutivo dos movimentos sociais [...] A rede de movimentos sociais refere-se, pois, a uma comunidade de sentido que visa a algum tipo de transformação social e que agrega atores coletivos diversificados, constitutivos do campo da sociedade civil organizada.

Portanto, quando nos referimos a todo o processo reivindicatório ocorrido não só no Brasil, mas em vários países da Europa e da América Latina, estamos falando de uma rede articulatória de movimentos que apresentam uma relevância histórica e política nas lutas sociais. Afirmar que o “gigante acordou” é desprestigiar toda a agenda de lutas, de manifestações, de protestos e de conquistas do movimento social. Entretanto, como já vimos na seção anterior, um arsenal de estudos da área de cultura política tem apontado que vêm crescendo o engajamento dos cidadãos com os espaços

democráticos, mas ainda estamos longe de atingirmos grandes níveis de participação política (BAQUERO e CUNHA, 2011; BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008; KLIKSBERG, 1999).

Nessa análise de conjuntura do processo político e social vivenciado recentemente no Brasil não há como desprestigiar a importância das redes sociais como uma ferramenta capaz de aproximar pessoas com interesses comuns e do papel agregador que ferramentas como o “facebook” impactaram para a expressiva adesão popular ao movimento de tomada das ruas. Segundo o IBOPE, 62% dos manifestantes, que participaram das passeatas do dia 20 de junho, souberam do evento pelo “facebook”. Em verdade, os movimentos sociais foram um dos indutores e talvez os principais pautadores da agenda de reivindicação, mas há dúvidas sobre o seu papel decisivo na mobilização dos atores, na medida em que ir às ruas foi considerado um hábito novo para 46% dos manifestantes – pessoas que certamente não estão inseridas no movimento social.

Ainda, é importante destacar que as manifestações não ficaram restritas apenas aos grandes centros urbanos, pelo contrário, há relatos de municípios muito pequenos onde as pessoas também foram mobilizadas. Nessa direção, Telésforo e Paraná (2013), destacam:

Meios de “autocomunicação de massas”, como Facebook, Twitter e Youtube, instauraram uma *mudança estrutural na esfera pública*. Até alguns anos atrás, não era tão fácil para uma massa de pessoas dispersas se comunicar e, portanto, ter capacidade de se autoconvocar. Dependia-se muito mais de uma direção, de um centro emissor forte engajado na mobilização: seja um canal de TV, grandes jornais, Igrejas ou outras organizações com capacidade aglutinadora criada por forte trabalho de base. Facebook e outros instrumentos da “rede” facilitam que uma massa amorfa e fragmentada se comunique sem depender da ação de um centro emissor e mesmo de “lideranças” que sirvam de referência objetiva e subjetiva para essa mobilização.

O IBOPE aplicou 2002 entrevistas com manifestantes em oito capitais da federação no dia 20 de junho de 2013 – momento ápice da mobilização. Os dados apontaram que 38% dos manifestantes foram mobilizados às ruas pela

questão do transporte público, o que mostra uma proximidade com a pauta de lutas do Movimento Passe Livre (considerado um dos principais atores no desencadear das manifestações), seguido pela mudança no ambiente político (30%), melhoria na saúde (12%) e contra a PEC37 (6%).

No que tange as depredações de bens públicos e privados (66%) afirmaram que as depredações nunca são justificadas, independente das circunstâncias do protesto, para 28% as depredações são legítimas em certas circunstâncias e 5% entendem que elas são sempre justificadas. Já quanto a repressão policial para conter as manifestações, 57% a consideraram muito violenta, enquanto 24% acreditaram que houve violência, mas sem exageros. As pesquisas de cultura política sempre demonstraram que o grau de confiança dos brasileiros nas corporações policiais foi sempre muito alto (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008), entretanto, a ação policial repressiva e violenta vivenciada nas manifestações de junho e julho no Brasil, pode ter sofrido variação pós-mobilização nacional, é preciso novas pesquisas para identificar se a atuação policial na contenção dos movimentos sofreu interferência no grau de confiança dos brasileiros com a corporação.

A desconfiança dos políticos tradicionais, amplamente verificada nas pesquisas de cultura política (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008), apareceram fortemente nos *surveys* aplicados pelo IBOPE. A maioria dos manifestantes dizia não se sentir representada por partido (89%) ou político brasileiro (83%), um índice muito alto que revela uma crise de vínculo entre representantes e representados e que precisa ser levada em consideração não só pela academia, mas pelos tradicionais políticos e pela sociedade civil. Ainda, entre os entrevistados, 96% alegaram não serem filiados a nenhum partido político e 86% não apresentavam vinculação com nenhum sindicato, entidade de classe ou entidade estudantil. Talvez tais índices justifiquem a reação negativa as bandeiras partidárias na mobilização. Militantes políticos que atreveram-se a sair com suas bandeiras em punho foram fortemente hostilizados pela grande massa de manifestantes, gerando, tensões nas manifestações, especialmente em São Paulo.

Se de um lado observa-se uma complementaridade de agendas, havendo uma cadeia de equivalência que se complementam, há, de outra banda, outro aspecto notadamente evidente nas manifestações: a presença de grupos políticos distintos, com agendas reivindicatórias diversas convivendo no mesmo espaço político, convergindo em algumas pautas, mas divergindo em outras. De acordo com a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2004) podemos dizer que as manifestações assumiram pontos nodais distintos, onde de um lado tínhamos grupos mais progressistas e de outro, grupos conservadores, que buscavam dar significado as suas reivindicações.

Nessa direção, poderíamos ser ingenuamente levados a pensar o movimento e essas nuances sob o olhar dos pressupostos epistemológicos de Habermas (1997) e seu arcabouço teórico deliberativo, onde diríamos que esse cenário demonstra um amadurecimento da democracia e que é a esfera pública um espaço privilegiado para chegarmos num consenso político. Dito em outras palavras, o que Habermas (1997) sugeriu é de que a deliberação pública é um instrumento capaz de diminuir as diferenças e que grupos com pensamentos antagônicos seriam capazes de deliberar e aceitar os melhores argumentos. Segundo Cláudia Feres Faria (2010), em "*O que há de Radical na Teoria Democrática Contemporânea*", deliberação para Habermas é:

Um ato intersubjetivo de comunicação e argumentação, cujo o objetivo é alcançar um consenso sobre a solução para determinado problema social. Essa deliberação envolve, entre outras: argumentação, publicidade e inclusividade; ausência de coerção externa e interna.

Todavia, do nosso ponto de vista, tal pressuposto da democracia habermasiana não se sustenta, na medida em que a política é a arte do dissenso e a sua democracia consensual é pouco palatável de ser verificada empiricamente. Essa crítica vai ao encontro do que Chantal Mouffe proferiu em alguns de seus escritos. Segundo o professor Daniel de Mendonça (2010), Mouffe acusa os teóricos deliberativos, em especial, Habermas e Rawls, afirmando que seus pressupostos asseguram o vínculo entre democracia e liberalismo. Mendonça (2010, p.487) enfatiza:

Segundo a autora, a defesa que esses teóricos fazem da possibilidade do consenso como forma de conceber a boa democracia, a sociedade bem-ordenada, denota uma incapacidade de compreensão da própria política democrática, sobretudo contemporânea, uma vez que a ênfase no consenso sustenta-se na crença de que o antagonismo possa ser efetivamente erradicado do horizonte da política. Para Mouffe, como dito acima, o antagonismo não é um mero momento político, certamente tido pelos enfoques deliberativos como negativo, pois excludente, mas a própria lógica de constituição de qualquer relação política e social.

Essa crítica também é evidenciada por Iris Young, que tece considerações contundentes sobre a ideia de deliberação política. A autora é citada por Faria 2010 (p.107-108):

No mundo real, as deliberações ocorrem às portas fechadas, entre elites que representam segmentos estruturalmente dominantes, possuindo, assim, grande influência sobre o processo discursivo e as decisões alcançadas. [...] Sociedades marcadas por desigualdades sociais e econômicas tendem a serem comprometidas pela ação de atores que dominarão tanto os procedimentos como os espaços deliberativos com seus próprios interesses.

Filiamo-nos ao entendimento de que tanto os elementos de participação esboçados nas teorias de Laclau e Mouffe, quanto os da deliberação, extraídos dos escritos de Habermas, devem estar presentes quando se pretende maior participação e discussão de políticas. Enquanto a dimensão da participação contempla um melhor fator inclusivo e relaciona-se de forma mais contundente com a vinculação entre sociedade e regime democrático, as características deliberativas tendem a tornar as discussões mais racionais e dinâmicas, ressaltando, que a característica do consenso é, preponderantemente, impossível de ser alcançada. No entanto, os meios legítimos e democráticos fazem com que os vencidos aceitem as regras do jogo, sem que com isso deixem de militar em favor das suas bandeiras, mas acabam aceitando a decisão da maioria.

Nesse sentido, não podemos esquecer que as manifestações são um processo político de reflexão, mas, sobretudo, de pressão ao Estado, que em

última instância, é o principal definidor de políticas. Os movimentos sociais, a mídia, a sociedade civil organizada atuam como pautadores da agenda, e a heterogeneidade de reivindicações acaba gerando uma disputa política salutar para a democracia, pois capacita os cidadãos para o embate, os informando e os deixando cientes das nuances das reivindicações. Urbinati (2010) citando John Dunn, afirma: *“hoje, em política, a democracia é o nome do que não podemos ter - mas não podemos deixar de querer”*.

Considerações Finais:

Um dos objetivos deste artigo era problematizar a questão da participação política, trazendo, para isso, um resgate histórico da evolução desse objeto teórico no cerne da teoria política, aproximando a discussão da análise das manifestações políticas de junho e julho de 2013 no Brasil.

Apesar de não termos adentrado, pelo limitar das páginas, no conceito de movimentos sociais, é preciso deixar claro que existe uma gigantesca distinção entre movimento social e manifestação/mobilização. Movimento social é aquele com lutas que se propagam no tempo, com organização, articulação, com história de batalhas e reivindicação (MELUCCI, 2001) enquanto manifestações são formas de mobilização com vistas a um fim específico e que não necessariamente possuem uma propagação no tempo, podendo serem constituídas *“ad hoc”*. O movimento social se expressa por diversas formas, entre elas pela manifestação, o que não significa dizer que são sinônimos, pois mobilização é uma das formas de exteriorização do movimento, mas não a única. Esse entendimento vai ao encontro do que a professora Ilse Scherer-Warren proferiu na sua palestra na Semana Brasileira de Sociologia em 2013.

Nesse sentido, o que podemos afirmar é que as manifestações populares de 2013 não nasceram do acaso, elas foram reflexo da luta tradicional dos movimentos sociais que em uma rede de articulação fartamente conhecida na literatura (SCHERER-WARREN, 2012) incitaram todo o processo político. Entretanto, nenhuma mobilização de grande monta seria possível, se não fossem as redes sociais, em especial o “facebook”, que se tornaram um canal de comunicação rápido e eficaz (TELÉSFORO e PARANA, 2013) já que a

grande mídia – que seria um dos canais possíveis de chamamento – tradicionalmente colocou-se com algos dos movimentos sociais. Nessas manifestações, em particular, observou-se uma mudança discursiva dos meios de comunicação, que *a priori* criminalizaram o movimento e, *a posteriori*, pela dimensão que tal fenômeno tomou, precisaram rever sua linguagem comunicativa, passando a “dar legitimidade” às mobilizações.

No entanto, não podemos ser ingênuos ao ponto de acreditar que milhares de pessoas foram às ruas, exclusivamente, pelo chamamento dos movimentos sociais. Na verdade, tínhamos dois tipos de militantes: os tradicionais – vinculados de alguma forma a algum movimento social, com trajetória e formação política – que acabaram pautando as principais bandeiras e, os que aqui chamaremos de “militantes *ad hoc*”, que embalados pelo clima reivindicatório foram às ruas manifestar a sua indignação com uma série de insatisfações sociais. É perfeitamente possível que entre esses manifestantes tenham aqueles que foram motivados a continuar engajado, mas não há como descartar aqueles que simplesmente vivenciaram aquele momento político. Estudos mais detalhados serão necessários para comprovar em que grau as manifestações impactaram na formação política de seus participantes.

Obviamente, como já referimos, as pautas de reivindicações foram extremamente heterogêneas, convergindo em alguns pontos, mas distanciando em outros tantos. Nesse sentido os escritos de Laclau e Mouffe (2004) são fundamentais para compreender a lógica dos discursos, uma vez que cada grupo político busca constituir os seus pontos nodais, fomentando pautar a agenda política e ganhar terreno no campo do poder. De fato a democracia como uma possibilidade de diálogo rumo ao consenso – trazida na teoria de Habermas (1997) – não se sustenta, pois é pouco provável que grupos contraditórios sejam convencidos, num processo deliberativo, a aderir um dado posicionamento, até porque a origem das agendas contraditórias não pressupõe que um lado esteja certo e o outro equivocado, pelo contrário, uma série de fatores (origem social, formação política, influência da família) são responsáveis por essa distinção. Laclau e Mouffe (2004) estão corretos ao afirmar que a política é, caracterizadamente, movida pelo dissenso.

O que faz com que um grupo aceite a vitória do outro é o que fundamenta o estado democrático de direito, ou seja, a possibilidade de respeitar a decisão da maioria. Portanto, o objetivo desses grupos contraditórios não é buscar o consenso, mas tentar convencer – por meio de informações, pontos de vista, etc – que a sua pauta é melhor para a sociedade do que a outra. Na verdade, o objetivo dos grupos antagônicos é sempre: conquistar a maioria. Nesse processo de discussão a democracia sai fortalecida, pois aos cidadãos é possível refletir sobre o que consideram crucial para a sociedade em que vivem, tomando partido das principais questões do país, entretanto, para isso, é preciso que os elementos formadores da opinião não sejam viciados por fatores como a falta de informação, o paternalismo ou elementos que coloquem em risco a qualidade da democracia.

Referências Bibliográficas:

ABERS, Rebecca N. e KECK, Margaret E. Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **CADERNO CRH**, Salvador, v.21, n.52, p.99-112, Jan/Abr. 2008.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Boston: Little, Brown & Co, 1965.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, n.3, p.443-464, 2007.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de uma Cultura Política Participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.21, p.83-108, Nov, 2003.

BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia. A Corrupção como Limite à Participação Política Juvenil: um estudo em democracias sulamericanas. In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. (Org.). **Forma de (ex) pressão juvenil e (in) visibilidade social**. Cascavel: Coluna do Saber, 2011, p.55-77.

COHEN, J.; ROGERS, J. **Associations and democracy**. London: Verso, 1995.

CONSTANT, Benjamin. Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos. **Revista Filosofia Política**, n.2, p.1-7, 1985.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

FARIA, Claudia Feres. O que há de radical na Teoria Democrática Contemporânea. Análise do debate entre ativistas e deliberativos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 25, n.73 junho/2010.

FUNG, A. Associations and democracy: between theories, hopes, and realities. **Annual Review of Sociology**, v. 29, pp. 515-559, 2003.

GURZA LAVALLE, Adrian. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova**, São Paulo, 84, p.13-23, 2011.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, 1997, p. 57-121.

IBOPE. Pesquisa realizada em oito capitais no dia 20 de junho de 2013 com aplicação de 2002 surveys.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital Social y Cultura, Claves esenciales Del Desarrollo. **Revista de La CEPAL**, n.69, Santiago do Chile, dezembro de 1999, p.85-102.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia y estrategia socialista: Hacia una nova radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2004.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. In: **Lua Nova**, n.70, São Paulo, 2007, p.139-170.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, 2011, n.84, pp. 141-174.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. Trabalho apresentado no **XV Congresso Brasileiro de Sociologia** 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba, PR.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes; 2001. Cap. 1. P. 29-144.

MENDONÇA, Daniel de. **Teorizando o Agonismo: Crítica a um modelo Incompleto**. Revista Sociedade e Estado. Vol.25, n.3, pg 473-497, setembro/dezembro de 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação Política em 3D – Elementos para uma teoria ampliada da Representação Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, n.51, p.123-140, fevereiro de 2003.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da Experiência Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.23, n.66, São Paulo, fevereiro de 2008, p. 11-43.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Capítulo 1. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

POMAR, Marcelo. Entrevista. Brasil de Fato. Acesso: <http://tarifazero.org/2013/07/25/ele-ajudou-a-fundar-o-movimento-passe-livre-entrevista-com-marcelo-pomar/>

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: **FGV**, 1996, p.97-194.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Emancipatórias: Nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Editora Appris, Curitiba, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

TELÉSFORO, João e PARANA, Edemilson. **A política do Facebook e as tarefas da esquerda: a revolução se faz no presente**. Publicado em 21 de junho de 2013. Acesso: <http://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2013/06/21/a-politica-do-facebook-e-a-tarefa-da-esquerda-a-revolucao-se-faz-no-presente-2/>

URBINATI, Nadia. **Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática**. *Política & Sociedade*, vol.9, n.16, Santa Catarina, abril de 2010, p.51-88.

WARREN, M. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University, p.03-38, 2001.